



Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2005

Dados gerais de identificação da Unidade:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR

CNPJ: 05.478.625/0001-87

Poder Executivo Federal

Presidência da República

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco T – Ed. Sede do Ministério da Justiça, sala 422

70064-900 - Brasília – DF

Gestão Tesouro

Unidades Gestoras:

200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR

CNPJ: 05.478.625/0001-87

110244 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA

CNPJ: 05.478.625/0002-68

110198 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Recursos Externos – SEDH/PR-REC EXT

CNPJ: 05.478.625/0001-87

## INTRODUÇÃO

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no âmbito da Presidência da República, para

“assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria-geral da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Sua estrutura regimental foi definida pelo Decreto nº 5.174, de 9 de agosto de 2004.

O ano de 2005, foi marcado, a partir de julho, pelo rebaixamento da Secretaria Especial em uma Subsecretaria, integrante da estrutura básica da Secretaria – Geral da Presidência da República, em função da edição da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005. Essa medida, causou alguns transtornos de caráter administrativo e político em razão da redução de competência e de autonomia da Subsecretaria para praticar atos de gestão administrativa, demandando assim, a uma outra instância de deliberação. Com a edição da Lei nº 11.204, em 5 de dezembro de 2005<sup>2</sup>, a SEDH retornou a sua condição anterior, de Secretaria Especial, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, conseguindo assim manter, sem qualquer interrupção, todos os seus projetos e ações.

Este relatório apresenta um diagnóstico sobre o gerenciamento dos atos e fatos conduzidos pela SEDH ao longo do ano de 2005, com destaque para a execução de ações no âmbito dos seguintes programas governamentais:

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL  
COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES  
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI  
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS  
GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS  
ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS  
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
NACIONAL DE ACESSIBILIDADE  
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA  
PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2005, acrescida de créditos especiais<sup>3</sup>, definiu recursos da ordem de R\$ 124.050.255,00 (cento e vinte e quatro milhões, cinqüenta mil, duzentos e cinqüenta e cinco reais) para a SEDH, incluindo as seguintes unidades gestoras:

UG 200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos;  
UG 110198 – Recursos Externos (União Européia); e  
UG 110244 – Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.

Desses recursos, R\$ 104.241.402,00 (cento e quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dois reais) foram disponibilizados. A disponibilização de recursos e a liquidação são apresentados na tabela abaixo:

---

<sup>2</sup> Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

<sup>3</sup> Os créditos especiais aprovados, destinados à SEDH, somaram R\$ 4.802.147,00.

	LOA + Créditos	Disponibilizado (A)	Liquídado (B)	% B/A
UG 200016 (SEDH)	74.194.426	57.044.210	55.799.392	97,8
UG 110198 (UE) <sup>4</sup>	8.255.829	8.255.829	5.778.950	70,0
UG 110244 (FNCA) <sup>5</sup>	41.600.000	38.941.363	12.456.777	32,0

Sobre os níveis de execução das UGs 110198 e 110244, há que se considerar que os recursos disponibilizados, diferentemente do que ocorre com a Fonte 100, são automaticamente transferidos de um exercício para o outro, ou seja, estão disponíveis para o exercício de 2006.

### Quadro Comparativo da Execução Orçamentária

Os recursos disponibilizados foram empregados nos programas de atuação desta Secretaria, visando maximizar os resultados a serem alcançados. A seguir, quadros demonstrativos da relação entre valor disponibilizado e percentual de execução para as unidades gestoras:

#### 1 – Unidade Gestora 200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Programa	Valor Total Disponibilizado (R\$)	Valor Executado (%)
0068 – Erradicação do Trabalho Infantil	30.980	100,00
0073 – Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	2.406.779	99,22
0089 – Previdência de Inteiros e Pensionistas da União	1.000	100,00
0107 – Erradicação do Trabalho Escravo	459.900	100,00
0152 – Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	8.494.762	99,70
0153 – Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	10.117.713	91,65
0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos	8.332.915	99,80
0155 – Gestão da Política de Direitos Humanos	1.680.154	96,70
0670 – Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	11.850.258	100,00
0750 – Apoio Administrativo	9.742.898	97,08
1078 – Nacional de Acessibilidade	785.336	99,99
1086 – Promoção e Defesa de Pessoas com Deficiência	2.130.419	99,99
1282 – Proteção Social à Pessoa Idosa	785.759	100,00
8017 – Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional	225.332	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>55.799.392</b>	<b>97,8</b>

#### 2 – Unidade Gestora – Recursos Externos (União Européia):

Programa	Valor Total Disponibilizado (R\$)	Valor Executado (%)
0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos	8.255.829	70,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.255.829</b>	<b>70,00</b>

#### 3 – Unidade Gestora – Fundo Nacional da Criança e do Adolescente:

Programa	Valor Total Disponibilizado (R\$)	Valor Executado (%)
0152 – Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	15.020.000	18,72
0153 – Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	23.921.363	40,32
<b>TOTAL</b>	<b>38.941.363</b>	<b>32,00</b>

<sup>4</sup> Recursos provenientes de doação da União Européia para o projeto “Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário”.

<sup>5</sup> Inclui recursos provenientes de doações ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente – FNCA.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH reforçou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos direitos humanos por meio de ampla articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e pelo fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade. Apesar de ter vivenciado um ano atípico, em função da perda do status de ministério e vinculação à Secretaria-Geral da Presidência da República no período de 21 de julho a 4 de dezembro, a pasta manteve sem qualquer interrupção todos seus projetos e ações, que permitiram conquistas e avanços na área da criança e adolescente, das pessoas com deficiência, da educação em direitos humanos, no combate à discriminação, ao trabalho escravo e na promoção e defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Por meio do programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** foram investidos R\$ 11.847.818,00 no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento, nos estados da Bahia, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Pará e Paraíba e nas cidades de Belo Horizonte (MG), Santa Maria (RS), Porto Alegre (RS) e Olinda (PE). Os recursos também foram destinados à proteção de 830 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (PROVITA) e do Programa Federal, que atende aos casos de proteção oriundos dos estados onde o serviço ainda não foi implantado.

**Programa** Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas  
**Órgão** Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
**Gerente** Perly Cipriano

**Ano de Referência** 2005  
**14/2/2006 16:00:38**

**Contato** spddh@sedh.gov.br / 0xx61 3429-3128 / 3429-3918

### 0881 - Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	42.062,000		3.500,000	8,32
<b>Financeiro</b>	2.100.003		2.100.003	100,00

Houve erro na previsão de meta física a ser atingida no exercício, uma vez que a capacidade de atendimento de cada Centro é de aproximadamente 250 vítimas/ano. Esse equívoco, inclusive, já foi corrigido na proposta orçamentária para o exercício de 2006. Todos os 14 CAVC (Bahia, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Belo Horizonte-MG, Santa Maria-RS, Porto Alegre-RS e Olinda-PE) foram renovados. A totalidade dos recursos desta ação foi liquidada, permitindo o atingimento de uma meta física de 3.500 vítimas assistidas.

### 0724 - Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	990,000		830,000	83,84
<b>Financeiro</b>	9.635.255		9.635.255	100,00

Todos os 17 convênios referentes aos Serviços de Proteção a Testemunhas - Provita (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, PR, RJ, RS, SP e SC) foram renovados. Aquele referente ao Provita-DF foi inscrito em restos a pagar. Esses 17 Serviços Estaduais de Proteção, ao lado do Programa Federal (que atende aos casos de proteção oriundos dos estados onde ainda não existem o Provita), possuem uma capacidade conjunta de atendimento de 830 pessoas. A meta prevista na LOA não foi atingida porque esperava-se que o Sistema Nacional de Proteção pudesse ser ampliado em 2005 com a implantação do Provita em outros Estados, o que efetivamente não ocorreu tendo em vista a insuficiência dos recursos orçamentários disponibilizados para o Programa para tal. Em 2005, portanto, somente foi assegurada a continuidade dos Provita já existentes, não houve novas implantações.

### 6244 - Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	30,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	100.000		100.000	100,00

Os recursos desta ação foram repassados para a Cooperação Internacional (PNUD) com o objetivo de se realizar, em 2006, uma oficina de capacitação para os agentes operadores dos Serviços Estaduais de Proteção a Testemunhas.

### 2831 - Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	64,000	0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	100.001	12.560	12,56

Dos recursos aprovados em lei, foram disponibilizados somente 15%, o que representa R\$ 15.000,00. A ação de transporte, custódia e proteção de pessoas sob grave ameaça é efetivamente implementada pelo Departamento de Polícia Federal na forma do Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE, que o faz com recursos próprios. Os recursos desta ação foram empregados no cumprimento de decisão judicial (mandado de segurança) que impôs à SEDH o pagamento de 4 salários mínimos mensais a um particular.

A implementação do programa **Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei** possibilitou o investimento de R\$ 11.278.328,00 na criação de 2.995 vagas em unidades de internação restritiva e provisória, nos estados do Acre, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio Grande do Norte, e no atendimento a 174.231 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos.

#### **0878 - Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória**

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	4.031,000	2.995,000	74,30
<b>Financeiro</b>	20.627.101	7.343.256	35,60

##### **0878 . 0001 - Nacional - 20121 (vaga criada/unidade)**

Do valor previsto na LOA foram contingenciados R1.018.189,84. Foi empenhado R\$ 4.531.588,63, dos quais R\$ 2.080.731,55 foram liquidados e R\$ 2.450.857,08 encontra-se a liquidar. Com este recurso foram atendidas unidades nos estados do Acre, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio Grande do Norte.

##### **0878 . 0001 - Nacional - 20928 (vaga criada/unidade) - FNCA**

Da receita autorizada foram empenhados 2.811.667,80, atendendo unidades dos estados do Espírito Santo e do Goiás, sendo que foram liquidados 2.000.000,00 e encontram-se a liquidar R\$ 811.667,80.

#### **0880 - Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos**

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	181.128,000	173.751,000	95,93
<b>Financeiro</b>	3.840.091	3.425.072	89,19

Foram empenhados 3.425.072,78, para apoio a 24 projetos, atendendo organizações governamentais e não-governamentais dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Roraima.

#### **0826 - Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial**

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.000,000	480,000	48,00
<b>Financeiro</b>	980.357	510.000	52,02

Foram contingenciados R\$ 470.180,00 e empenhado e liquidado R\$ 510.000,00, sendo atendido um projeto, beneficiando o Município de Santos/SP, com um Núcleo de Atendimento Integrado.

Para o **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, foram investidos R\$ 2.383.244,64 em 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, possibilitando a capacitação de 2.620 participantes do sistema de garantia de direitos, incluindo servidores públicos e profissionais do Sentinela, nos estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraíba, Roraima, Acre e Amazonas; realização de campanha informativa a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes no Maranhão, disseminação da metodologia do PAIR por meio das universidades nos estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraíba, Roraima, Acre e Amazonas e mobilização das redes locais de proteção de crianças e adolescentes. O fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes permitiu ainda a ampliação da Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

**Programa** Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes  
**Órgão** Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
**Gerente** Amarildo Baesso

**Ano de Referência** 2005

**14/2/2006 16:13:51**

**Contato** amarildo.baesso@sedh.gov.br / 3429-3933

**0744 - Apoio à Capacitação dos Participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso, Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>		76,000	76,000	100,00
<b>Financeiro</b>		173.640	113.285	65,24

Nesta ação foram pactuados dois projetos cujas metas são a realização de uma campanha informativa a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes no Maranhão, oficinas de capacitação de profissionais que atuam no atendimento a crianças e adolescentes que sofreram violência sexual; qualificação e capacitação da rede de atendimento municipal de Novo Hamburgo - RS, promoção de um seminário regional sobre o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e qualificação da equipe técnica do centro de referência de Novo Hamburgo. Nesta ação foram disponibilizados R\$ 119.886,00, tendo sido empenhados R\$ 113.285,00 (94,5% dos recursos disponibilizados).

**0742 - Apoio a Comitês Estaduais de Combate à Exploração Sexual Infante-Juvenil**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>		1,000	0,000	0,00
<b>Financeiro</b>		22.580	0	0,00

Os recursos não foram descontingenciados.

**0746 - Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>		611,000	12,000	1,96
<b>Financeiro</b>		1.981.870	1.687.770	85,16

**0746 . 0001 - Nacional - 20121 (projeto apoiado/unidade)** - Dos recursos aprovados em lei, somente 82,51%, ou seja, R\$ 1.387.770,00 foram disponibilizados. Dos recursos disponibilizados, 100% foram liquidados. No que se refere à execução física, houve erro na previsão de meta física. Os recursos foram investidos em apenas 11 projetos onde foram pactuados a capacitação, mobilização e articulação da rede de proteção em 41 municípios do Estado do Ceará, 14 municípios de Goiás, 27 municípios que compõem a rota de exploração na Paraíba, 400 pessoas nas cinco micro-regiões no município de Goiânia, pesquisa para mapeamento dos equipamentos sociais disponíveis para o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Fortaleza e capacitação de 300 profissionais, atendimento de 60 crianças e adolescentes em situação de violência sexual no município do Recife, disseminação da metodologia do PAIR por meio das universidades nos estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraíba, Roraima, Acre e Amazonas; capacitação de 180 multiplicadores que compõem a rede de atendimento a crianças e adolescentes do município de Chapecó - SC, assessoria técnica aos seis municípios do PAIR (Feira de Santana, Manaus, Pacaraima, Rio Branco, Campina Grande e Corumbá).

**0746 . 0002 - Estado de Roraima - 20121 (projeto apoiado/unidade)** - Trata-se de emenda parlamentar em que a meta física não foi corretamente estimada. Foi apoiado apenas um projeto que teve como produtos a capacitação dos profissionais de saúde, educação, rede de garantia de direitos e sociedade civil nos Municípios de: Boa Vista, Mucajaí, Cantá, Caracarái, Iracema, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Bonfim, Normandia, Pacaraima, Amajari, Alto Alegre, Caroebe e Uiramutã, a organização de reuniões de sensibilização com os membros das associações desses municípios.

**2272 - Gestão e Administração do Programa**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>		0,000	0,000	0,00
<b>Financeiro</b>		7.451	4.794	64,34

**2815 - Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>		0,000	1,000	0,00
<b>Financeiro</b>		776.978	582.189	74,93

Foram pactuados em quatro projetos apoiados nesta ação mobilização das redes locais de proteção de crianças e adolescentes em 11 municípios de mato grosso do sul, capacitação de 600 pessoas; mapeamento de órgãos e serviços dos Sistema de Garantia de Direitos voltados para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil; curso de formação sobre violência sexual para 250 profissionais da rede de atendimento de Belo Horizonte, capacitação para 270 servidores públicos da prefeitura de Belo Horizonte, oficina com 150 famílias com

perfil de violência sexual. Dos recursos previstos para esta ação foram liberados R\$ 582.189,00, dos quais 100% foram empenhados.

No âmbito do programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos**, foram investidos R\$ 14.462.233,00 na capacitação de 645 pessoas, no apoio a 9 centros de referência em direitos humanos e a 3 conselhos, na emissão de 10.200 documentos, no atendimento a 55.104 pessoas em balcões de direitos, no apoio a 14 ouvidorias de polícia, incluindo assistência técnica para policiamento comunitário, na proteção a 120 defensores de direitos humanos e no pagamento de indenizações a 38 famílias de mortos e desaparecidos políticos.

**Programa** Direitos Humanos, Direitos de Todos **Ano de Referência** 2005  
**Órgão** Secretaria Especial dos Direitos Humanos **14/2/2006 16:53:02**  
**Gerente** Perly Cipriano **Contato** spddh@sedh.gov.br / 3429-3128 / 3429-3918

#### 0895 - Apoio à Capacitação em Direitos Humanos

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	6.250,000		645,000	10,32
<b>Financeiro</b>	1.250.000		1.000.000	80,00

A presente ação abastece de recursos o projeto de cooperação internacional firmado entre a SEDH e a Unesco para a implementação das metas de responsabilidade da Secretaria no âmbito do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH. O projeto deverá ser executado até 2007. A meta de capacitação de pessoas é a meta central. Contudo, em 2005, algumas dificuldades geraram a defasagem com a previsão inicial da execução física. São problemas que vão desde a mudança de direção da Unesco Brasil, que causaram atraso nos procedimentos administrativos, bem como nos editais de seleção dos projetos de capacitação. Ressalto, nesse sentido, que um novo edital já está em curso e deverá suprir a deficiência que se verifica. Afora isso, importa explicar a razão da defasagem que há entre a execução física e a financeira. A proporção mais elevada na parte financeira se explica pelo fato de que a Secretaria tem obrigações contratuais de repasse dos recursos. Mesmo assim, considerando que o projeto não sofre limitação do ano fiscal, as metas relativas a 2005 serão alcançadas e até mesmo ultrapassadas. Além disso, pode-se ressaltar que o projeto logrou outros resultados que não se contabilizam no produto da ação, mas que corroboram para a boa implementação do PNEDH.

#### 0728 - Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	7,000		9,000	128,57
<b>Financeiro</b>	430.000		131.804	30,65

##### 0728 . 0001 - Nacional - 20121 (centro apoiado/unidade)

Não houve execução neste localizador por conta do contingenciamento de recursos.

##### 0728 . 0004 - para a Comunidade Homossexual - Nacional - 20121 (centro apoiado/unidade)

A ação foi executada de maneira conjunta com a ação "Gerenciamento de projetos apoiados na área de direitos humanos - Programa Brasil sem Homofobia", do programa Gestão da Política de Direitos Humanos.

#### 0896 - Apoio a Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	3,000		3,000	100,00
<b>Financeiro</b>	250.000		200.000	80,00

Os recursos da presente ação apoiaram o financiamento de projeto de capacitação a distância para conselheiros estaduais e municipais de direitos humanos. Proporcionalmente à parte que coube à ação, serão capacitados 2300 pessoas. Por esse número e pela previsão do curso deverão ser apoiados muito mais que 3 conselhos. estima-se que pelo menos 50 conselhos da área de direitos humanos sejam beneficiados. Contudo, como ainda não se tem o número correto, preferiu-se informar o cumprimento integral da meta.

#### 09AT - Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	50.000,000		10.200,000	20,40
<b>Financeiro</b>	300.000		164.066	54,69

Parte dos recursos dessa ação foram bloqueados em favor de ação do programa "Atendimento sócioeducativo a adolescentes em conflito com a lei". O bloqueio visou a consolidar parceria para a formação de uma rede de proteção a crianças na Amazônia Legal, por meio da capacitação de agentes públicos na região. Será feito por meio de seminário de capacitação dirigido a 225 pessoas, entre magistrados, promotores, representantes dos executivos estaduais e de cartórios, e trabalhará os temas do Registro Civil de Nascimento, trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes. Por meio da formação dessa rede buscar-se-á a consolidação da cultura de registro de

crianças ao nascer. Merece destaque o fato de ações como essa tem colaborado de fato para a redução do chamado subregistro de nascimento. Segundo dados do IBGE, tal índice decresceu do nível de 24% em 2003 para 16% em 2005.

**09AS - Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	140.001,000		55.104,000	39,36
<b>Financeiro</b>	1.100.000		995.614	90,51

**09AS . 0001 - Nacional - 20121 (pessoa atendida/unidade)**

Em 2005, a ação foi implementada com a utilização de uma nova metodologia de apoio a projetos, denominada Chamada Pública. Atribuiu-se às dificuldades e ao início do uso do modelo a defasagem entre a meta prevista e a alcançada. De fato, o método Chamada Pública tornou mais democrático o acesso aos recursos e colaborou para melhora da gestão da ação. Por essa razão, a gerência deverá insistir na metodologia em 2006, aprimorando a etapa de definição de metas.

**09AS . 0002 - no Distrito Federal - 20121 (pessoa atendida/unidade)**

Trata-se de emenda parlamentar mal formulada, na qual o produto foi erroneamente interpretado como sendo "balcão implantado". O produto da ação de apoio a balcões de direito é tradicionalmente calculado por meio do verificador "pessoas atendidas". Assim, ao constatar o equívoco da emenda parlamentar, esta Secretaria optou por informar corretamente o produto "pessoas atendidas", razão da discrepância verificada na relação de execução financeiro X físico.

**11H8 - Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	10,000		14,000	140,00
<b>Financeiro</b>	8.255.829		5.651.768	68,46

**11H8 . 0001 - Nacional - 20121 (unidade assistida/unidade)**

Trata-se de ação abastecida com recursos de doação da União Européia. Apesar das dificuldades relacionadas à execução financeira, a execução física foi alcançada e ultrapassada. A execução deverá seguir até 2007.

**4906 - Disque Direitos Humanos**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	361,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	50.000		0	0,00

**2447 - Gerenciamento do Serviço Civil Voluntário**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	2,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	50.000		0	0,00

**2272 - Gestão e Administração do Programa**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	300.000		122.354	40,78

**0083 - Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000		38,000	0,00
<b>Financeiro</b>	8.700.000		4.345.205	49,94

**0734 - Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	100.000		90.000	90,00

**6762 - Proteção a Defensores de Direitos Humanos**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	100,000		120,000	120,00
<b>Financeiro</b>	1.200.000		1.171.724	97,64

**4641 - Publicidade de Utilidade Pública**

	Previsto	Atual	Realizado	%
--	----------	-------	-----------	---



<b>Físico</b>	0,000	0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	240.105	77.390	32,23

O Programa **Gestão da Política de Direitos Humanos** possibilitou o apoio a centros de referência em direitos humanos voltados para o combate à homofobia em razão de emenda parlamentar apresentada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

<b>Programa</b>	Gestão da Política de Direitos Humanos	<b>Ano de Referência</b>	<b>2005</b>
<b>Órgão</b>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	<b>14/2/2006 17:04:36</b>	
<b>Gerente</b>	Fauze Martins Chequer	<b>Contato</b>	fauze.chequer@sedh.gov.br / 61 429-3563/273 3302

#### 8601 - Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais

	<b>Previsto</b>	<b>Atual</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Físico</b>	1.080,000		21,000	1,94
<b>Financeiro</b>	216.174		4.136	1,91

Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais – Do total de recursos aprovados em lei, somente foram disponibilizados 1,92%, ou seja R\$ 4.154,57, o que permitiu a realização de oficina para a estruturação de um programa de capacitação de agentes públicos em temas transversais, realizada nos dias 7 e 8 de abril, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em conjunto com a SPM/PR e SEPPIR/PR.

#### 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

	<b>Previsto</b>	<b>Atual</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Físico</b>	12,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	40.000		0	0,00

Não foram disponibilizados recursos para a ação.

#### 4673 - Gerenciamento de Projetos Apoiados na Área de Direitos Humanos

	<b>Previsto</b>	<b>Atual</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Físico</b>	150,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	1.676.000		1.620.269	96,67

##### 4673 . 0001 - Nacional - 20121 (projeto acompanhado/unidade)

Não foram disponibilizados recursos para a ação.

##### 4673 . 0002 - Nacional - 20121 (projeto acompanhado/unidade)

Recursos utilizados em conjunto com a ação 0728, do programa 0154, com o objetivo de apoiar centros de referência para o combate à homofobia. A ação foi efetivada por meio de um convite a instituições públicas, de âmbito federal, estadual e municipal, bem como a organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas, para desenvolver ações na área da promoção e defesa dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais. Foram apoiados 9 projetos, em âmbito nacional.

#### 2272 - Gestão e Administração do Programa

	<b>Previsto</b>	<b>Atual</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Financeiro</b>	20.000		0	0,00

#### 4904 - Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos

	<b>Previsto</b>	<b>Atual</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Físico</b>	0,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	20.000		0	0,00

Não foram disponibilizados recursos para a ação. As ações relacionadas a sistemas de informação foram providas pela área de tecnologia da informação do Ministério da Justiça - MJ, por força do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003.

O programa **Nacional de Acessibilidade** investiu R\$ 1.004.513 no apoio a 3 projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência e na capacitação e especialização de 1.296 técnicos e agentes sociais em acessibilidade.

**Programa** Nacional de Acessibilidade  
**Órgão** Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
**Gerente** Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

**Ano de Referência** 2005  
**14/2/2006 17:07:56**

**Contato** izabel.maior@sedh.gov.br / 4293683

**6263 - Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.702,000		1.296,000	76,15
<b>Financeiro</b>	400.000		252.969	63,24

**6263 . 0001 - Nacional - 20121 (pessoa capacitada/unidade)**

O valor proporcional ao orçamento disponível (252.969,00) é de 1076 pessoas capacitadas, portanto o percentual de execução foi de 120,45% e não 76,15%.

**2272 - Gestão e Administração do Programa**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	900.000		340.469	37,83

**4641 - Publicidade de Utilidade Pública**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	191.898		191.899	100,00

No âmbito do programa **Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**, foram investidos R\$ 18.911.882 para a implantação de 13 módulos do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, para o apoio a 10 escolas, em projetos de combate à violência, e a organizações de jovens nos estados do Acre e do Paraná, no atendimento a 9.395 crianças e adolescentes sob medidas de proteção, a 1.500 adolescentes ameaçados de morte, na capacitação de 7.116 profissionais do sistema de garantia dos direitos e no atendimento a 8.295 crianças em unidades de defesa.

**Programa** Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente  
**Órgão** Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
**Gerente** Amarildo Baesso

**Ano de Referência** 2005

**14/2/2006 17:11:08**

**Contato** amarildo.baesso@sedh.gov.br / (61) 429-3933

**0897 - Apoio a Estudos e Pesquisas na Área dos Direitos da Criança e do Adolescente**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	3,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	296.482		0	0,00

**0732 - Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia)**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	4,000		13,000	325,00
<b>Financeiro</b>	1.130.107		881.080	77,96

**0732 . 0001 - Nacional - 20121 (modulo implantado/unidade)**

Na ação Apoio à implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, foi possível em 2005, apoiar a implementação dos conselhos tutelares em novos municípios por meio de 12 novas parcerias. Atualmente, 1407 Conselhos estão envolvidos nesta ação. As parcerias (Furnas Centrais Elétricas, Banco do Brasil e Petrobrás, entre outras), cooperaram com o investimento na qualificação e suprimento de infra-estrutura de funcionamento dos Conselhos (doação de equipamentos de informática), bem como reforço na sensibilização à criação de novos Conselhos. O sistema Sipia possui atualmente cerca de 486.515 fatos de violações de direitos acerca de um dos 5 (cinco) direitos fundamentais previstos do ECA. As 12 parcerias efetivadas referem-se a implantação em municípios dos estados de Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, ampliando para 664 novos municípios.

**0732 . 0001 - Nacional - 20928 (modulo implantado/unidade)**

Em relação a recursos provenientes do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente no valor de R\$ 50.000,00 foram executados R\$ 36.724,00 para cobertura de todos os 22 municípios acreanos, representando um percentual de 73,45% de execução financeira.

**0905 - Apoio a Organizações de Jovens**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	118,000		25,000	21,19
<b>Financeiro</b>	743.729		250.000	33,61

0905 . 0001 - Nacional - 20121 (organização apoiada/unidade)  
Dos recursos aprovados em lei, a totalidade (R\$ 493.729,00) sofreu contingenciamento.

0905 . 0002 - Estado do Acre - 20121 (organização apoiada/unidade) – Trata-se de emenda parlamentar. Houve erro na previsão de meta física. A meta física atingida foi de 23 organizações apoiadas, por meio do Convênio 151/2005, com a Secretaria Extraordinária da Juventude, do Governo do Estado do Acre, no valor de 150.000,00. A execução do Convênio possibilitou o fortalecimento da Rede de Juventude pela sustentabilidade, a criação de 10 Associações de Juventude em alguns dos municípios envolvidos no projeto, a criação/registro de 10 Ong 's juvenis, a capacitação de 1100 jovens; a criação de 3 cooperativas juvenis; a inserção de cerca de 30% dos jovens participantes do projeto em estágios no 3º setor, a criação de grêmios escolares nas escolas de ensino médio e fundamental e a realização e publicação de diagnóstico completo do movimento juvenil no Estado.

0905 . 0004 - IDDEHA - Estado do Paraná - 20121 (organização apoiada/unidade) – Trata-se de emenda parlamentar. Houve erro na previsão de meta física. A meta física atingida foi de 1 organização apoiada, por meio do Convênio nº 91/2005, celebrado com o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos – IDDEHA. A execução do Convênio possibilitou a formação de 120 jovens como agentes multiplicadores de uma cultura baseada em Cidadania e Direitos Humanos, a capacitação de 20 jovens para atuarem como profissionais da música Hip Hop, das Artes Plásticas e da Expressão Corporal, a realização de 4 encontros para os familiares dos adolescentes envolvidos no projeto, a realização de 2 campanhas comunitárias, a realização de 21 mini-oficinas em 21 escolas na rede pública de ensino de Piraquara e a realização de 10 Encontros Jovens de Cultura Urbana.

**0904 - Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	16,000		10,000	62,50
<b>Financeiro</b>	2.703.526		1.121.210	41,47

**0904 . 0001 - Nacional - 20121 (escola apoiada/unidade)**

Foram liberados e empenhados R\$ 755.011,00, apoiando 4 projetos nos estados de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul, beneficiando 11 organizações na prevenção da violência nas escolas.

**0904 . 0001 - Nacional - 20928 (escola apoiada/unidade)**

Foi apoiado um projeto atendendo o Consórcio ABC do Estado de São Paulo.

**0736 - Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	30.500,000		9.395,000	30,80
<b>Financeiro</b>	13.283.800		5.227.416	39,35

Dos recursos aprovados em lei, 99,47%, ou seja, R\$ 13.213.800,00 foram orçamentariamente disponibilizados. Porém, como se trata da Unidade Orçamentária 20928 - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA, a execução orçamentária depende da efetiva arrecadação dos recursos financeiros. Portanto, como a arrecadação não ocorreu conforme previsto, não foi possível executar a totalidade dos recursos orçamentários disponibilizados. Quanto à execução física, o custo unitário por atendimento foi subestimado, o que acarretou o atingimento de apenas 30,8% do previsto.

**0730 - Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.500,000		1.500,000	100,00
<b>Financeiro</b>	2.450.269		2.450.268	100,00

Foram empenhados e liquidados R\$ 2.450.268,20, atendendo projetos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

**0882 - Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	13.901,000		8.296,000	59,68
<b>Financeiro</b>	15.075.486		6.507.402	43,17

**0882 . 0001 - Nacional - 20121 (pessoa atendida/unidade)**

Foram empenhados R\$ 3.895.208,36, sendo liquidado R\$ 2.777.642,73 e a liquidar R\$ 1.117.565,63. A partir de 2006 foi autorizada a mudança do produto "pessoa atendida" para "unidade de atendimento apoiada". Ao verificar os dados de 2005 a partir desta ótica foram apoiadas com orçamento da secretaria 31 organizações de defesa ao total (destas o pagamento de 21 já foi liquidado e 10 estão em restos a pagar).

**0882 . 0001 - Nacional - 20928 (pessoa atendida/unidade)**

A partir de 2006 foi autorizada a mudança do produto "pessoa atendida" para "unidade de atendimento apoiada". Ao verificar os dados de 2005 a partir desta ótica foram apoiadas com orçamento do FNCA foram apoiadas 11 organizações governamentais e não-governamentais, todas com o pagamento já liquidado.

**4966 - Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	49.005		0	0,00

**6247 - Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	9.108,000		8.616,000	94,60
<b>Financeiro</b>	3.043.729		2.062.580	67,76

Os recursos não foram descontingenciados.

**2272 - Gestão e Administração do Programa**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	448.168		411.925	91,91

**1785 - Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	20,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	197.016		0	0,00

**4641 - Publicidade de Utilidade Pública**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	148.010		0	0,00

No âmbito do programa **Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**, foram investidos R\$ 2.130.357 na implantação de 6 conselhos, na capacitação de 9.560 profissionais e na realização de um estudo para a quinta reunião do grupo de Washington sobre estatísticas de deficiência.

<b>Programa</b>	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	<b>Ano de Referência</b>	<b>2005</b>
<b>Órgão</b>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	<b>14/2/2006 17:14:52</b>	
<b>Gerente</b>	Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior	<b>Contato</b>	izabel.maior@sedh.gov.br / 4293683

**09DA - Apoio a Estudos e Pesquisas na Área da Pessoa com Deficiência**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1,000		1,000	100,00
<b>Financeiro</b>	200.000		70.000	35,00

Destaque orçamentário para o IBGE para realização dos estudos durante as reuniões "Second Regional Meeting" e "Fifth Meeting of the Washington Group on Disability Statistics".O valor total disponível foi de R\$ 70.000,00, portanto a execução foi de 100%

**0879 - Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios**

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	16,000		6,000	37,50
<b>Financeiro</b>	400.000		160.000	40,00

O valor proporcional ao orçamento disponível (160.000,00) é de 6 conselhos apoiados, portanto o percentual de execução foi de 100%

**6246 - Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.328,000	9.560,000	719,88
<b>Financeiro</b>	800.000	782.437	97,80

A ação tem por finalidade desenvolver e apoiar a qualificação e requalificação de recursos humanos para atuação na área de atendimento à pessoa portadora de deficiência, visando a difusão de ações e conhecimentos, bem como a troca de experiências que contribuam para assegurar os direitos e o exercício da cidadania da pessoa portadora de deficiência. Dada a importância dessa ação, a cada ano aumenta a demanda de projetos, que sofrem restrições devido à insuficiência de recursos orçamentários. Constatou-se que quase a totalidade dos projetos recebidos são oriundos de Organizações Não-Governamentais – ONG's. Em 2005, essa ação foi contemplada pela Lei Orçamentária com recursos na ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo liberados 97,81%, valor de R\$ 782.499,00 (setecentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais). Dos recursos liberados foram executados R\$ 782.437,05 (setecentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinco centavos), o que equivale a 99,9%. Para a priorização dos projetos apoiados foi utilizado como critério a abrangência de pessoas capacitadas, a possibilidade de qualificar multiplicadores, além da abrangência em âmbito nacional. Buscou-se atender todas as áreas de deficiência – auditiva, visual, mental e física. Observa-se que a maximização dos esforços dos parceiros contribuíram para a superação da meta física de 2575, prevista em Lei, chegando a 9.560 pessoas capacitadas. Concluindo, podemos considerar que o atingimento das metas dessa ação ultrapassaram as expectativas previstas inicialmente, contribuindo para implementação das políticas de defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência, objetivando inserir esta parcela da população no processo de desenvolvimento, buscando o exercício de sua cidadania. Mas, constata-se a necessidade de investimentos maiores devido o aumento da demanda de projetos e recebidos por esta Secretaria.

#### 2272 - Gestão e Administração do Programa

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	1.173.268	929.069	79,19

#### 1825 - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - CORDE

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	2,000	0,010	0,50
<b>Financeiro</b>	100.000	77.392	77,39

#### 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	100.000	91.460	91,46

#### 4281 - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - CORDE

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	0,000	1,000	0,00
<b>Financeiro</b>	100.000	20.000	20,00

Por último, através da implementação do programa **Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional** foram investidos R\$ 191.826,00 em ações do programa, incluindo a realização do Seminário Brasil-França de Cooperação em Adoção Internacional, para os técnicos das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção – CEJAs da região Nordeste, que contou com a participação de 175 técnicos.

<b>Programa</b>	Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional	<b>Ano de Referência</b>	2005
<b>Órgão</b>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	<b>14/2/2006 17:16:54</b>	
<b>Gerente</b>	Júlio Héctor Marín Marín	<b>Contato</b>	julio.marin@sedh.gov.br / 61- 429-3454

#### 6262 - Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Sequestro Internacional de Crianças e Adolescentes

	Previsto Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	756,000	175,000	23,15
<b>Financeiro</b>	302.696	130.332	43,06

Sobre a execução financeira, do valor autorizado pela LOA 2005, de R\$ 302.696,00 somente foram disponibilizados R\$ 130.332,38, equivalentes a 43,05% do previsto. Esse valor foi integralmente executado e investido na realização do Seminário Brasil-França, em 10 e 11 de novembro, o que permitiu a capacitação de 175 técnicos. Sobre a previsão de execução física, o contingenciamento imposto à ação representou redução da meta para 325 técnicos. No entanto, somente os técnicos que vieram de outros estados e de comarcas fora de Recife, em número de 175, assinaram a lista de presença. Os demais participantes, técnicos do TJ/PE, baseados em Recife, não assinaram a lista de controle, razão pela qual se assumiu como meta atingida o número de 175 pessoas.

#### 2272 - Gestão e Administração do Programa

	Previsto Atual	Realizado	%
--	----------------	-----------	---

<b>Financeiro</b>	95.000	61.494	64,73
-------------------	--------	--------	-------

Em 2005, a SEDH apoiou ainda ações específicas dos programas 0068 – Erradicação do Trabalho Infantil, 0107 – Erradicação do Trabalho Escravo e 1282 – Proteção Social ao Idoso.

<b>Programa</b>	Erradicação do Trabalho Escravo	<b>Ano de Referência</b>	<b>2005</b>
<b>Órgão</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	<b>14/2/2006 17:55:28</b>	
<b>Gerente</b>	Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela	<b>Contato</b>	ruth.vilela@mte.gov.br / 0xx61 226-1997

#### 4918 - Atendimento ao Trabalhador Libertado de Trabalho Escravo

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.500,000		2.200,000	146,67
<b>Financeiro</b>	300.000		294.400	98,13

A ação usa a metodologia dos Balcões de Direitos. Pretende, sobretudo, evitar o retorno do trabalhador já libertado à situação análoga à de escravo. Assim também, objetiva prevenir que qualquer trabalhador seja cooptado e submetido à escravidão.

#### 4920 - Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1.150,000		3.270,000	284,35
<b>Financeiro</b>	230.000		65.500	28,48

Os recursos utilizados em julho são relacionados a aditamento financeiro de convênio firmado em 2004. Não gerou acréscimo de metas. Os demais recursos foram transferidos para o PNUD a fim de executar ação em parceria ao longo de 2006. A ação referida tem por meta a capacitação de 750 pessoas. A quantidade excedente (2520) foi obtida por meio de outros projetos apoiados com recursos do mesmo programa, no bojo das demais ações de responsabilidade da SEDH.

#### 2272 - Gestão e Administração do Programa

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	70.450		0	0,00

#### 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

##### 4641-0001 - Nacional - 20121 (-/-) - Atividade

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Financeiro</b>	100.000		100.000	100,00

<b>Programa</b>	Erradicação do Trabalho Infantil	<b>Ano de Referência</b>	<b>2005</b>
<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<b>14/2/2006 17:54:53</b>	
<b>Gerente</b>	Oswaldo Russo de Azevedo	<b>Contato</b>	osvaldo.russo@mds.gov.br / (61)92099938

#### 0740 - Apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	1,000		0,000	0,00
<b>Financeiro</b>	121.088		30.980	25,58

<b>Programa</b>	Proteção Social ao Idoso	<b>Ano de Referência</b>	<b>2005</b>
<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<b>14/2/2006 17:56:45</b>	
<b>Gerente</b>	Oswaldo Russo de Azevedo	<b>Contato</b>	osvaldo.russo@mds.gov.br / (61)92099938

#### 0758 - Apoio a Serviços Integrados de Prevenção à Violência e Maus-Tratos contra Idosos

	Previsto	Atual	Realizado	%
<b>Físico</b>	10.500,000		4.350,000	41,43
<b>Financeiro</b>	2.175.121		698.961	32,13

A ação objetivou inicialmente a estruturação de uma rede de prevenção à violência contra o idoso, principalmente, por meio da capacitação de agentes públicos, conselheiros e representantes da sociedade civil organizada. Nessa linha,

alcançou-se a meta de 2450 pessoas capacitadas. Além disso, logrou-se firmar convênio para a implantação do primeiro centro integrado de prevenção a violência contra o idoso, no Maranhão, cuja meta de atendimento soma 1900 pessoas. Vale ressaltar, ainda, que a ação propiciou a realização de eventos de sensibilização e articulação institucional, bem como a produção de material impresso (livros e cartilhas - 29 mil exemplares) que subsidiam a institucionalização e a profissionalização do atendimento ao idoso vítima de violência.

## DESPESAS COM PESSOAL, PASSAGENS E DIÁRIAS

As despesas com pessoal, passagens e diárias somaram R\$ 8.772.144,01, sendo R\$ 693.298,10 executados pelas Unidades Gestoras da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e R\$ 8.078.854,91 por meio de recursos descentralizados para o Ministério da Justiça, nos termos do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, com suas alterações. A tabela abaixo demonstra o detalhamento da aplicação desses recursos:

DESPESA	200016	110244	110198	CGL / CGRH /MJ
Diárias pagas a servidores no país	148.824,05	0,00	3.498,07	89.337,79
Diárias pagas a servidores no exterior	87.120,79	0,00	24.695,56	46.622,24
Diárias pagas a colaboradores/nacional	108.125,95	54.293,81	13.016,31	52.120,74
Diárias pagas a colaboradores / internacional	0,00	0,00	113.295,70	11.752,50
Diárias pagas a conselheiros/nacional	140.418,86	0,00	0,00	62.551,43
Passagens aéreas nacionais	0,00	0,00	0,00	1.622.377,83
Passagens aéreas internacionais	0,00	0,00	0,00	275.146,25
Pessoal terceirizado	0,00	0,00	0,00	222.300,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	5.696.646,13
<b>TOTAL EXECUTADO</b>	<b>484.489,65</b>	<b>54.293,81</b>	<b>154.505,64</b>	<b>8.078.854,91</b>

## FORÇA DE TRABALHO

Em 2005 a Secretaria Especial manteve sem muita alteração a sua força de trabalho, que havia sido ampliada em 2004. As modificações ocorridas foram realizadas mediante remanejamentos e substituições de ocupantes de cargos, sem contudo, alterar o seu quantitativo.

A situação de servidores da Secretaria Especial dos Direitos Humanos é a seguinte:

REQUISITADOS	88
SEM VINCULO	44
PRESTADORES	51
ESTAGIÁRIOS	19
CONTRATO TEMPORÁRIO	04
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>

## CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Secretaria Especial funciona nas instalações do Ministério da Justiça, o qual tem a responsabilidade, estabelecida por decreto, pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças relativas à manutenção deste órgão. Assim, os

servidores desta SEDH participam de cursos de capacitação oferecidos tanto pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Presidência da República como pelo Ministério da Justiça.

No ano de 2005, trinta e dois servidores da SEDH participaram dos cursos de Elaboração de Projetos, Convênios e Termos de Parceria, Programa de Ambientação na Presidência da República, Melhoria da Gerência Pública, Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), promovidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Presidência da República e 30 servidores participaram de curso de Redação Oficial com Revisão Gramatical, Sistema GDOC, Licitações e Contratos na Administração Pública oferecidos pelo Ministério da Justiça e, ainda, 03 servidores participaram do Seminário de Execução de Projetos Financeiros com Recursos Externos oferecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como 10 servidores participaram de treinamento sobre novos procedimentos para formalização de Convênios oferecido pela Coordenação – Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa da Secretaria do Tesouro Nacional.

## **ESPAÇO FÍSICO**

A situação de insuficiência e inadequação do espaço físico da SEDH permanece, tendo até mesmo se agravado com a ampliação da estrutura regimental que ocasionou a criação de novas unidades organizacionais. Essa situação tem prejudicado a instalação de novas coordenações, além de criar um clima desfavorável e conturbado de trabalho. Visando melhorar essa situação, a SEDH tem mantido constante articulação com o Ministério da Justiça para ampliar seu espaço físico, sem, contudo, ter obtido sucesso em razão da falta de condições, no momento, de atender a essa demanda.

## **CONVÊNIOS**

### **Formalização de Convênios, Contratos, Acordos e instrumentos similares**

Os procedimentos relativos aos aspectos administrativos pertinentes à formalização de convênios e similares são descentralizados nas Unidades de atividade fim desta Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Ainda não foi possível organizar um sistema central de formalização de convênios nesta Secretaria que permita a adoção de medidas uniformes nos procedimentos que envolvem todo o processo de transferência de recursos. A relação dos convênios firmados e aditados em 2005 encontra-se no **Anexo I**.

### **Análise de Prestações de Contas dos Convênios**

Com a centralização da análise dos processos de prestação de contas dos convênios firmados nesta SEDH passamos a ter uma maior agilidade em seus exames e padronização nos procedimentos de análise.

Outra questão que merece ser registrada refere-se ao volume de processos em diligência de prestação de contas devido, sobretudo, ao não cumprimento por parte dos convenientes, das obrigações pactuadas. A situação dos convênios firmados por esta Secretaria nas contas “A COMPROVAR” e “A APROVAR” encontra-se nos **Anexos II e III**.



## OS CONSELHOS

Dentre as atribuições da Secretaria Especial dos Direitos Humanos está a de dar suporte administrativo para o funcionamento de 07 (sete) Conselhos, que têm como principal objetivo promover a articulação entre o Estado e a sociedade civil, pautar a agenda governamental e contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas.

São eles:

### **Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH**

Órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País, o CDDPH não teve condições de realizar os objetivos, para os quais tinha sido criado, nos seus primeiros vinte anos de existência.

O retorno ao pleno funcionamento vai ocorrer somente no governo do General João Batista Figueiredo, graças ao esforço pessoal do Senador Petrônio Portela. Em histórica reunião, realizada em abril de 1979, foi reativado. Nessa data, o Doutor Barbosa Lima Sobrinho, eleito Vice-Presidente do Conselho, chamou a atenção do Governo para a necessidade de ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos. Embora ainda pesasse sobre o Conselho a exigência de sigilos sobre seus debates, que só será revogada no final da ditadura, o discurso do Doutor Barbosa Lima Sobrinho mostra a principal razão de ser do CDDPH: um foro privilegiado das demandas da sociedade civil, no âmbito do Estado em relação aos direitos humanos.

O CDDPH tem como principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto, com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade e abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas a defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais de inquérito e atua por meio de resoluções. Além disso, o CDDPH promove estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e presta informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

### **Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA**

O CONANDA foi criado pela Lei Federal nº 8242, de 12 de outubro de 1991, e iniciou suas atividades em 1993. A instalação do CONANDA, juntamente com a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos Estados e Municípios, foi um passo decisivo, no sentido da consolidação de um novo modelo de atenção a crianças e adolescentes, na medida em que permitiu o reordenamento institucional proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É sem dúvida um grande avanço da sociedade, no sentido de garantir de forma democrática as discussões e a proposição de políticas específicas voltadas para a área. O Conselho é composto, de forma paritária, por representantes indicados pelo Governo Federal e por membros da sociedade civil, permitindo maior eficiência e legitimidade às manifestações voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Ao CONANDA compete propor modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas à garantia desses direitos, apoiar e promover campanhas educativas sobre os postulados do ECA, acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos além de gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Após 12 anos de aprovação do ECA, o CONANDA consolida-se como

instância importante, não somente pelos bons resultados obtidos na mobilização e conscientização social no país, como também, na definição das políticas mais adequadas e que possibilitam o estabelecimento da prioridade absoluta à infância, conforme preconiza a Constituição Federal.

### **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE**

Criado pela Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de julho de 1999, como órgão superior de deliberação colegiada, o CONADE tem como competências acompanhar e avaliar a política nacional da pessoa portadora de deficiência e as mais diversas políticas públicas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, no que concerne à pessoa portadora de deficiência. As competências do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE estão definidas no Decreto 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999.

O Brasil tem mais de 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados preliminares do Censo 2000 sobre a situação dos portadores de deficiência no Brasil. Esses números foram analisados na XIV Reunião Ordinária do CONADE, realizada nos dias 11 e 12 de julho, no Ministério da Educação. Pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE incluiu cinco itens sobre o assunto em sua pesquisa nacional.

### **Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD**

Criado em 27 de maio de 1998, órgão colegiado, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça, ao qual compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. O Conselho, também, tem como atribuição responder e acompanhar os casos de discriminação previstos na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, o CNCD acompanha denúncias de violação dos direitos humanos dos povos indígenas, casos de homofobia, discriminação racial contra a população negra e apoio a comunidades de remanescentes de quilombos.

### **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI**

Criado em 13 de maio de 2002, tem como competências: supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso, elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Nacional do Idoso, acompanhar a implementação da política nacional do idoso, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estimular e apoiar tecnicamente a criação de conselhos de direitos do idoso nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, propiciar assessoramento aos conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais, no sentido de tornar efetiva a aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso e zelar pela implementação dos instrumentos internacionais, relativos ao envelhecimento das pessoas, dos quais o Brasil seja signatário.

**Conselho Deliberativo Federal do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas**, ao qual compete decidir sobre os pedidos de admissão e exclusão do Programa, solicitar às autoridades competentes medidas de proteção, solicitar ao Ministério Público as providências necessárias à obtenção de medidas judiciais acautelatórias, encaminhar as pessoas, que devem ser

atendidas pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial, adotar as providências necessárias para a obtenção judicial de alteração de identidade civil, fixar o valor máximo da ajuda financeira mensal aos beneficiários da proteção e deliberar sobre questões, relativas ao funcionamento e aprimoramento do Programa.

**Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional**, criado pelo Decreto 3.174/99, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras reunir-se-á, semestralmente, para avaliar os trabalhos efetuados no período e traçar políticas e linhas de ação comuns, objetivando o cumprimento adequado, pelo Brasil, das responsabilidades assumidas por força da ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. O Conselho é composto pelos seguintes membros: Autoridade Central Administrativa Federal, que o presidirá, um representante de cada Autoridade Central dos Estados Federados e do Distrito Federal, um representante do Ministério das Relações Exteriores e um representante do Departamento de Polícia Federal.

## PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*		
				Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
<i>Projeto BRA99/W01</i> Acordo de Cooperação Técnica ATN/SF-5423-RG - "Programa Regional Piloto de Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar contra a Mulher. Objetivo: contribuir para a redução da violência intrafamiliar contra as mulheres. Organismo Financiador: BID	US\$ 48,000.00	US\$ 550,000.00	US\$ 198,000.00	Reembolso BID	US\$ 99,440.40	US\$ 490,134.62

Projeto foi executado, em parceria com o UNIFEM

A implantação do Programa, por meio da SEDH, permitiu a abordagem da prevenção e atenção da violência de gênero sob o ângulo dos direitos humanos, o que amplia e politiza o combate à violação dos direitos humanos das mulheres. Desta perspectiva, a opção política e metodológica – assentada no diagnóstico e na sensibilização das instituições potencialmente parceiras – ao reafirmar uma agenda positiva da cidadania feminina, é distintiva nesse quadro, sobretudo porque permitiu a estruturação do Centro de Referência das Mulheres da Maré.

É importante registrar que houve evidente superação das metas propostas, no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas e, ainda, na efetiva sustentabilidade do CRMM, numa parceria desta Secretaria Especial com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Relatório Final da Avaliação externa realizada pela equipe do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ registra: "Para concluir, podemos afirmar que o balanço do Programa Regional Piloto de Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar contra a Mulher é bastante positivo e exemplar, na medida em que mostra a sua construção e consolidação na perspectiva não só de integrar políticas públicas, mas de impulsioná-las".

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos) - Doação financeira em 2005	Contrapartida nacional, estadual, municipal e parceiros privados	Valor das transferências de recursos*	
				Motivo**	Valor no ano
Projeto nº BRA/B7-3100/IB/98/0364 - Código da ação:11H80000 -nome da ação:Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário - finalidade:O projeto visa auxiliar na instauração da responsabilização democrática das forças policiais brasileiras, particularmente no que concerne ao respeito pelos direitos humanos e à redução do uso de métodos violentos na luta contra a criminalidade.Organismo financiador: Comunidade Européia - Idoc: 2843	8407204,54	7397049,34	1010155,2	a)Convênio nº 001/05 -USP; b)Convênio nº002/05 -CIEDS; c)Convênio nº 003/05 - Viva Rio; d)Convênio nº 004 - FUNDEP; e)Convênio nº 005/05 -IDDHEA; f)Convênio nº 006/05 - FJG; g)Convênio nº 007/05 -FEC; h)Convênio nº 008/05 SESP/RJ i)Repasses ao MJ	a)319.353,00 b)592.053,04 c)299.910,00 d)133.183,17 e)546.036,00 f)302.004,00 g)488.704,00 h)2.727.140,00 i)347.438,23
Total	8407204,54	7397049,34	1010155,2		5755821,44

Vencidos os procedimentos administrativos que permitiram a interiorização dos recursos ao orçamento da União e o conseqüente repasse dos recursos por parte da União Européia, a exceção dos gastos destinados com deslocamento, a execução orçamentária e financeira das atividades relativas a esta ação tiveram início em setembro de 2005.

Uma das atividades previstas para o componente Ouvidorias de Polícia, referente à Capacitação de Ouvidores de Polícia, deixou de ser realizada por meio de convênio e está sendo desenvolvida pela Assistência Técnica Européia, cujos recursos são geridos pela mesma.

Os valores firmados nos convênios ficaram inferiores aos valores previstos inicialmente.

Algumas atividades previstas para serem iniciadas em 2005, não puderam ser realizadas por se tratarem de atividades decorrentes de ações que não puderam ser concluídas neste exercício (2005).

Todos os recursos do projeto que não puderam ser executados em 2005 serão transferidos para o exercício de 2006.